

RELATO DE CASO

Condições ambientais das Instituições prisionais: Aplicação de um instrutivo de avaliação

Environmental conditions on detention Institutions: Application of instructional assessment

Luiz Carlos Fadel Vasconcellos¹

Ana Paula Menezes Bragança dos Santos^{2(*)}

Renato José Bonfatti³

Dulciléia de Souza Rocha⁴

Sandra Maria Besso⁵

Aldo Pacheco Ferreira⁶

Resumo

Apresenta-se a análise ambiental realizada em 11 (onze) presídios do Estado do Rio de Janeiro que estavam cumprindo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ajuizado pelo Ministério Público Estadual, com assessoria do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde/CLAVES no biênio 2013/2014 e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Foi efetuada busca bibliográfica e análise das normas que regulassem a qualidade do ambiente prisional, observando-se a ausência de instrumentos analíticos similares ao pretendido. Para atender ao objetivo, construiu-se um instrutivo inédito, capaz de retratar a qualidade do ambiente prisional. Com caráter propositivo, ele foi validado no decurso da investigação e serviu como parâmetro para a indicação de medidas corretivas ajuizadas no TAC, sendo enfatizado o aspecto observacional devido aos obstáculos de ordem relacional encontrados em ambientes do tipo prisional que dificultam a interação. O instrumento está estruturado sob a forma de componentes de fácil observação, analisados a partir de opostos semânticos do senso comum, tais como: limpo-sujo; frio-quente, claro-escuro. Com a exequibilidade do instrutivo, a pesquisa demonstrou a necessidade de se aprimorar as condições ambientais das Instituições prisionais e, dessa forma, o instrutivo

-
- 1 Dr.; Médico; Docente do Programa de Pós-graduação em Saúde pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480, CEP: 21041-210, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; E-mail: elfadel@ globo.com
 - 2 Assistente Social; Pesquisadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública (Dihs/ENSP); Mestranda do programa de Pós-Graduação em Saúde pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Endereço: Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos, CEP: 21040-361, Rio de Janeiro - RJ, Brasil; E-mail: anapaulamb@ hotmail.com; (*) Autora para correspondência
 - 3 Dr.; Médico; Docente do Programa de pós-graduação em saúde públic da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480, CEP: 21041-210, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, Brasil; Email: renato. bonfatti@gmail.com
 - 4 Msc.; Pesquisadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública (Dihs/ENSP); Endereço: Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos, CEP: 21040-361, Rio de Janeiro - RJ, Brasil; Email: dulcileia.rocha15@gmail.com
 - 5 Msc.; Pesquisadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública (Dihs/ENSP); Endereço: Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos, CEP: 21040-361, Rio de Janeiro - RJ, Brasil; Email: sm.besso@gmail.com
 - 6 Dr.; Biólogo; Docente do Programa de Pós-Graduação em saúde pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 CEP: 21041-210, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, Brasil; Email: aldopachecoferreira@gmail.com

Recebido para publicação em 07/12/2016 e aceito em 09/06/2020

pode fundamentar tais ações de forma categórica, atuando como mecanismo objetivo de observação, análise e sobretudo intervenção.

Palavras-chave: Ambiente Prisional; Sistema Penitenciário; Instrutivo de Avaliação; Condições Ambientais.

Abstract

The environmental analysis is presented from 11 (eleven) prisons in the State of Rio de Janeiro, which were complying with the Term of Conduct Adjustment (TCA) filed by the State Public Ministry, with advice from the Latin American Center for Studies on Violence and Health/CLAVES biennium 2013/2014 and support from the Foundation for Research Support of the State of Rio de Janeiro - FAPERJ. A bibliographic search and analysis of the norms that regulate the quality of the prison environment was carried out, observing the absence of analytical instruments similar to the one intended. To meet the objective, an unprecedented instructive was constructed, able to portray the quality of the prison environment. With a propositional character, it was validated during the investigation and served as a parameter for the indication of corrective measures judged in the TCA, being emphasized the observational aspect due to the obstacles of relational order found in prison-like environments that hinder interaction. The instrument is structured in the form of components of easy observation, analyzed from semantic opposites of common sense, such as: clean-dirty; Cold-warm, light-dark. With the feasibility of the instructor, the research demonstrated the need to improve the environmental conditions of prison institutions and, in this way, the instructor can categorically base these actions, acting as an objective mechanism for observation, analysis and above all intervention.

Key words: Human Environment; Prison Environment; Instructional Assessment; Environmental Conditions.

Introdução

Este estudo apresenta a aplicação, com posterior validação, de um instrutivo de avaliação ambiental para o sistema prisional, realizado em 11 (onze) presídios do Estado do Rio de Janeiro. Sua construção baseou-se em parâmetros bibliográficos e normativos (BRASIL, 2011; MINAYO, 2014) que regem a ambiência dos cárceres, além de outras vertentes de análise ambiental, em virtude da escassez de instrumentos analíticos consolidados e legitimados que dessem conta da investigação proposta (CAPITANI, 2010; DAMAS, 2011).

O instrutivo resulta de uma avaliação do ambiente prisional, a partir de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ajuizado pelo Ministério Público Estadual, com assessoria do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde/CLAVES no biênio 2013/2014. Essa inspeção foi parte de uma pesquisa apoiada pela da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, denominada *Estudo das condições de saúde e qualidade de vida dos presos e custodiados e das condições ambientais do Sistema Prisional do Rio de Janeiro*. Todo o trabalho foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar com foco nas situações vivenciadas pelos presos (MINAYO, 2014)

A confecção do instrutivo de análise assumiu um caráter propositivo, cuja validação ocorreu no próprio decurso da investigação, passando a servir como parâmetro observacional necessário para a indicação de medidas corretivas dos problemas ajuizados na ação do TAC.

A superação do obstáculo da interação entre pesquisador e sujeito pesquisado foi buscada no instrumento de análise, de modo a aprofundar a observação dos componentes ambientais com o mínimo de subjetividade. Para isso, o *Instrutivo sobre Condições Ambientais que impactam a Saúde e a Qualidade de Vida dos Presos* foi estruturado sob a forma de componentes de fácil observação, de compreensão elementar e capazes de serem analisados uniformemente. Essa proposta contém opostos semânticos presentes no senso comum no ato de observação de ambientes físicos, tais como: limpo-sujo; duro-mole; mal conservado-bem conservado; alto-baixo; frio-quente, claro-escuro e outros.

A criação desse instrumento buscou enfatizar, *a priori*, o olhar do pesquisador, tendo em vista os obstáculos de ordem relacional que se encontram em ambientes do tipo prisional. Em virtude das características que se estabelecem nas relações dos apenados, entre si, e destes com elementos estranhos aos seus espaços de convívio, a interação do pesquisador com os apenados é particularmente difícil. Um dos elementos básicos em análise de ambientes é a escuta de seus ocupantes, no sentido de compreender suas sensações positivas ou negativas sobre seus espaços de convívio. Contudo, nesta proposta, as dificuldades de interação impediram que fossem realizadas entrevistas ou enquetes com os sujeitos, daí a ênfase na observação do pesquisador.

O percurso epistemológico para se chegar ao instrutivo

Existem inúmeras formas de avaliação ambiental que, dada a diversidade de seu conceito e aplicação para o objetivo pretendido, devem ser escolhidas em função de alguns parâmetros balizadores (PARTIDÁRIO; CLARK, 2000).

Ambiente é uma expressão que deriva do latim e significa envolver algo – seres vivos ou coisas (CORSON, 1996). Pode designar um sentido mais extensivo – o meio ambiente em geral (*lato sensu*), na expressão inglesa *general environment*, cujo significado tem uma conotação global e, muitas vezes, perde seus limites territoriais numa pesquisa ambiental mais restrita. Pode-se utilizar, por exemplo, a expressão para se falar do planeta como um todo, ou ainda, como referência a territórios difusos tais como os ambientes tecnológicos, sociais e virtuais (ACSELRAD, 1999).

Daí, depreende-se a necessidade de delimitação territorial que guarda o objetivo da análise. No caso de ambientes, cujos territórios podem ser mais facilmente delimitados para efeito de pesquisas, um caso comum é o que diz respeito ao trabalho, por exemplo, o ambiente *stricto sensu* de uma determinada empresa, na expressão inglesa *labor environment*.

Intra ou extramuros é, também, uma expressão usual para delimitar o território da pesquisa de ambientes. Em situações, como no caso de alguns tipos de espaços de trabalho, a pesquisa abrange o intra e o extramuros, por exemplo no setor primário da economia como extração, pecuária, agricultura, pesca; no setor secundário como construção civil, agroindústria; e no setor terciário como transporte, vendas, limpeza e outros.

Análise ambiental pode, ainda, referir-se a qualquer tipo de ambiente, de qualquer dimensão, em qualquer território **físico ou virtual** e com outro objetivo que não seja o extensivo, difuso, laboral nem mesclado (intra e extramuros) (GONÇALVES, 2004). A análise recairá, então, sobre as características singulares daquele tipo peculiar de ambiente. **É o caso** das prisões, em que as

demais formas de olhar o ambiente são apenas complementares e acessórias na configuração do território. Nessa situação, observa-se o espaço em si mesmo, ancorado em seu significado normativo de confinamento, isolamento, segregação, punição ou, mesmo, de destruição do elemento humano em sua dignidade (GOFFMAN, 1990; FOUCAULT, 2009). Em virtude de suas particularidades que envolvem formas peculiares de convívio interpessoal, optamos por adotar, na análise do ambiente prisional, a expressão ‘espaço de convívio’ e, a partir daí, sistematizá-lo.

Para chegarmos ao instrutivo, buscamos elementos de outros campos do conhecimento que serão abordados a seguir que, embora não possam ser aplicados diretamente, forneceram subsídios para compor o olhar da pesquisa.

O olhar da ergonomia

A abordagem de ergonomia toma a atividade como objeto central de estudo, uma vez que a considera como elemento principal na estruturação dos componentes dos ambientes de trabalho (AVIANI; ABRAHÃO, 2007) e, mesmo, de qualquer ambiente projetado para a atividade humana. Para isso são convocados saberes de múltiplas disciplinas tais como engenharia, medicina, fisiologia, arquitetura e psicologia, entre outras (SHWARTZ, 2007). É uma vez que toda atividade se desenvolve em um meio físico e em profunda interação com as características deste, conhecer a atividade implicará o conhecimento do meio físico onde ela ocorre. Desse modo, evidenciam-se possibilidades de atuação conjunta entre ergonomia, arquitetura e o *design* para projeto e reforma de ambientes físicos.

Uma subespecialidade da ergonomia que nos interessa aqui é a chamada ergonomia ambiental ou ergonomia do ambiente que se atém ao estudo do ambiente físico no qual se realiza a tarefa. Essa área de conhecimento se dedica a questões de adaptabilidade e conformidade do espaço às tarefas e atividades nele desenvolvidas. Para o alcance deste objetivo, ela utiliza elementos da Antropometria, da Psicologia ambiental, da Ergonomia cognitiva e da Análise Ergonômica do Trabalho - AET. Alguns conceitos de conforto térmico, acústico, lumínico e cromático também compõem o leque de preocupações contempladas na concepção de ambientes ergonomicamente adequados (VILLAROUCO, 2002).

A Ergonomia do Ambiente Construído (EAC) trata de qualquer espaço onde haja atividade humana, transcendendo os ambientes de trabalho *stricto sensu*, o que amplia, sobremaneira, seu escopo de possibilidades de atuação. Há um elenco de requisitos necessários para que um edifício venha a ter qualidade funcional, a saber: boa acessibilidade, flexibilidade, arranjo eficiente e compreensível, além de espaço físico adequado para promover o bem-estar, a saúde e segurança dos usuários (VAN DER VOORDT; WEGEN, 2005).

Tomando como referencial a AET, a metodologia de avaliação de situações laborais consagrada pela escola francófona (VILLAROUCO, 2009) propõe um método de estudo para ambientes construídos. A metodologia da AET apresenta diferentes concepções entre os autores (WISNER, 1987; WISNER, 1994; SANTOS, 1995; GUÉRIN et al., 2001; VIDAL, 2003). Um tronco metodológico básico respaldado por uma quantidade significativa de estudos mais ou menos aprofundados nas mais diversas áreas é proposto por Wisner (1994) e apresentado em cinco etapas: análise da demanda; análise global do ambiente técnico, econômico e social; análise das atividades nas situações de trabalho selecionadas e restituição dos resultados; recomendações ergonômicas; validação da intervenção e eficiência das recomendações. Saliente-se aqui que uma

ação ergonômica conduzida segundo os passos preconizados na AET implicará necessariamente uma demarcação das características do ambiente onde ocorrem as situações de trabalho que sejam objeto da análise.

O método que Villarouco (2009) denomina de Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído estabelece fases de avaliação do ambiente, começando por uma visada global para chegar, posteriormente, à pesquisa de percepção do usuário. A análise ergonômica vai se desenvolver, então, em uma primeira etapa de coleta de dados de ordem física e, em uma segunda, de ordem cognitiva. A autora ainda divide a fase física em três partes distintas, começando com uma análise global do ambiente caracterizada pelos primeiros contatos com o espaço. Aqui se deve buscar uma compreensão do ambiente com as atividades ali em transcurso que deve ser coroada com uma caracterização dos principais problemas que possam ser objetos de intervenção. Os recursos metodológicos utilizados são: ferramenta *walkthrough*, entrevistas e questionários.

Em seguida, vem a fase de identificação da configuração ambiental. Nesta, com o uso de tecnologias de medição e *check list* específico, procede-se a um levantamento exaustivo dos dados do ambiente, tais como: dimensionamento, temperatura, ventilação, iluminação, níveis de ruído, leiaute, deslocamentos, materiais de revestimento e condições de acessibilidade. Na última parte procura-se, através de observações sistemáticas, análise de fluxos e entrevistas, determinar a usabilidade do ambiente, caracterizando aquilo que facilita ou dificulta o desenvolvimento das atividades em seu interior (FERRER; VILLAROUCO, 2012).

O olhar da avaliação pós-ocupação

Uma avaliação ambiental comporta diferentes metodologias dependendo da escala que o estudo requeira (ACSELRAD, 1999). Pode-se ir desde uma escala bem ampliada na qual o instrumento metodológico seja o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), por exemplo, até o nível dos ambientes construídos (NORTH, 1999).

A Avaliação Pós-Ocupação (APO) consiste numa metodologia interdisciplinar utilizada para avaliar o desempenho de um ambiente construído, em função do seu uso e enfatizando a ótica dos seus usuários. Sua origem remonta aos anos 1940/50 nos Estados Unidos e Canadá. Inicialmente os trabalhos se orientavam para os aspectos estritamente físicos e técnicos de determinados tipos de edificações, com o objetivo de formular diagnósticos que orientassem programas de manutenção. O foco recaía então, principalmente, em habitações de interesse social como escolas. A partir dos anos 1990, vão sendo incorporados enfoques de caráter funcional e comportamental e os estudos evoluem passando a contemplar também aspectos sociais e político-culturais nas intervenções. Aos poucos, amplia-se o rol de edificações, objeto da APO, que passa a abarcar grandes edifícios de escritórios. A partir dos anos 2000, começam a surgir propostas que pretendem articular os resultados das intervenções feitas em várias modalidades de edificações, com vistas à formalização de indicativos para programas governamentais (ELALI, 2010).

Através de um processo desenvolvido com sistematização e rigor, a APO procura avaliar os edifícios buscando determinar as modificações em suas performances produzidas pela evolução das necessidades dos usuários, tornando possível a implantação de melhorias a curto, médio e longo prazo. Os profissionais partem das demandas dos usuários, para avaliar as consequências das decisões tomadas e que repercutem no desempenho da edificação ainda na fase de projeto (PREISER; RABONOWITZ; WHITE, 1988).

As pesquisas em APO consolidaram uma metodologia básica que coloca como meta a avaliação de fatores técnicos: aspectos relativos à construção, conforto ambiental, segurança e consumo energético; fatores funcionais que se atêm ao estudo do dimensionamento dos ambientes, dos fluxos, das condições para a realização das atividades previstas, do desempenho organizacional e da acessibilidade e de fatores comportamentais, tais como, atividades que se efetivam no local pesquisado, relações entre o uso real e o uso previsto e satisfação dos usuários (FONSECA; RHEINGANTZ, 2009).

O olhar do estudo de impacto ambiental/relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA)

Embora as unidades prisionais e afins não estejam incluídas nas Resoluções nº 001/1986 e nº 237/1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama (BRASIL, 1986; BRASIL, 1997), como empreendimentos passíveis de exigência de licenciamento ambiental e elaboração prévia de Estudo de impacto ambiental/Relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA), a pesquisa, por se tratar de análise ambiental, buscou subsídios nestes instrumentos.

Seguindo o Conama, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (SÁNCHEZ, 2008). A rigor, não se poderia descartar a estrutura e a funcionalidade dos estabelecimentos prisionais deste espectro de abrangência, razão pela qual buscamos observar os recursos técnicos contidos no EIA-RIMA, aplicáveis à nossa pesquisa.

A participação do ocupante do espaço de convívio, nas abordagens de análise anteriores, foi restringida pelas formas de controle peculiares ao sistema prisional. As outras vertentes do estudo encomendado que utilizaram o recurso da entrevista foram feitas em condições negociadas com a gestão do sistema prisional, em que o apenado era retirado de seu espaço de convívio habitual, principalmente a cela, focalizando fundamentalmente sua percepção subjetiva sobre suas condições de permanência no sistema carcerário.

No caso da análise do ambiente prisional, há uma escassa possibilidade de estabelecer diálogos com os ocupantes do espaço, de modo presencial, interagindo com eles nas diversas nuances dos elementos estruturais dos espaços de convívio, em virtude dos rituais de contenção, observação, vigilância e, mesmo, coerção exercidos sobre eles.

Nesse contexto peculiar, o instrumento proposto utilizou os subsídios observacionais, restritos à parte física da análise ergonômica e da APO, aos elementos aplicáveis do EIA-Rima e aos opostos semânticos do senso comum ao se observarem ambientes físicos. Esses últimos foram propostos pela equipe da pesquisa.

Material e Métodos

Os dados-base da população são advindos de estudo das condições de vida e saúde dos presos do Estado do Rio de Janeiro (Edital FAPERJ n. 28/2012). Assim, foram aferidas as condições de saúde, os hábitos de vida e o uso de serviços de saúde e qualidade de vida dos detentos, por meio de um questionário anônimo e autopreenchível, aplicados de forma coletiva por uma equipe de pesquisadores treinados.

A partir de uma população de estudo de 24.231 detentos, distribuídos em 33 unidades do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, foi realizada amostragem estratificada proporcional ao tamanho (PPT) com dois fatores de estratificação: localização da unidade prisional (Capital, Baixada e Interior) e sexo (masculino e feminino). Foram excluídos do universo: hospitais, institutos penais, patronatos, casas de albergado, colônias agrícolas e unidades militares.

No dimensionamento amostral para obtenção de estimativas de proporção, empregou-se um erro absoluto de 7%, nível de confiança de 95% e prevalência de cada um dos eventos de interesse de 50% (MINAYO, 2014).

Cabe destacar que algumas etapas antecederam a coleta dos dados nas unidades: (1) recebimento da lista nominal de todos os presos da Unidade enviada pelo Ministério Público; (2) sorteio dos presos que deveriam fazer parte da pesquisa; (3) envio de ofício ao Diretor de cada Unidade com agendamento da pesquisa e nomes dos pesquisadores responsáveis. Quando da chegada à Unidade, a lista nominal dos presos e, outra, de substituições eram entregues ao chefe de segurança que, num primeiro momento, precisava localizar em que galeria, cela ou pavilhão, cada uma daquelas pessoas se encontrava. Essa etapa consumiu bastante tempo e, muitas vezes, a listagem fornecida pelo Ministério Público para a seleção da amostra já estava desatualizada, precisando-se utilizar as listas de substituições, cujos nomes também foram sorteados das originais. Depois de localizados, os presos eram trazidos para o espaço destinado à aplicação do questionário. A equipe de pesquisadores então destinava bastante tempo para a explicação da pesquisa. O termo de Consentimento Livre e Esclarecido era lido em voz alta e todas as dúvidas eram sanadas. Também era explicitado que aqueles que tivessem interesse em participar, mas que não soubessem ou tivessem dificuldade para ler e escrever poderiam contar com o apoio de um dos pesquisadores para ajudá-los a colocar as respostas.

Percorso metodológico para validação do instrutivo

Para validação do instrutivo, o percurso metodológico centrou-se no método de revisão integrativa da literatura. Esse método possibilita aprofundar o entendimento de um dado fenômeno, pelo fato de sua elaboração estar fundamentada em conhecimento já produzido, assim, sumariza pesquisas primárias passadas e conclusões gerais de um corpo da literatura num tópico particular, que podem gerar reflexões sobre a realização de estudos futuros (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Realizou-se a coleta de dados a partir de fontes secundárias por meio das bases de dados: nas bases de dados BVS - Biblioteca Virtual em Saúde (LILACS, MEDLINE, SciELO, Cochrane Library), e *PubMed*, nos idiomas inglês, português e espanhol. Não houve restrição a qualquer período específico, ou seja, não houve opção por corte temporal.

Primeiramente, traçou-se uma estratégia de procura pautada no tema: modelo instrutivo de avaliação das condições ambientais nas instituições prisionais. Em seguida, na BVS, levantamos os descritores em ciências da saúde (DeCS) no índice permutado, seguindo a proposta do tema abordado. Assim, o resultado para cada terminologia foi: prisão: prisons; prisiones; avaliação: evaluation; evaluación. Também foi realizada uma aproximação com os descritores: métodos epidemiológicos; *epidemiologic methods*; condições ambientais; saúde e ambiente; saúde ambiental; *environmental health*; ecologia humana; *human ecology*; doença ambiental; *environmental illness*; ciências do ambiente; *environmental sciences*.

Quanto aos instrumentos avaliativos do ambiente prisional, não foram encontrados descritores, tampouco sinonímia. Neste caso, a busca foi realizada como palavra-chave. A partir dos descritores prisão; avaliação; e método; utilizamos os operadores booleanos AND e OR para efetuar a interseção nas bases de dados citadas.

Foram excluídos os artigos que, embora contemplassem o tema, não tratavam de um modelo de instrumento de avaliação nesta área. O conteúdo dos artigos foi registrado contendo: local de publicação, título e descritores. Registraram-se, apenas, os artigos sobre investigações da qualidade ambiental no sistema prisional.

Dessa forma, foram encontrados 75 artigos na base de dados *PubMed* que continham os descritores selecionados. Estes foram identificados, analisados e classificados. Contudo, nenhum deles dizia respeito ao tema pesquisado. Na base de dados BVS, foram encontrados 10 (dez) artigos com os mesmos descritores que, de igual forma, não se aproximaram da abordagem requerida.

Como resultado final, observamos que, mesmo os cinco textos que continham no título ou no resumo alguma abordagem voltada para as condições ambientais das instituições prisionais, não tratavam da elaboração de instrumento para observação e inspeção (GERSHON et al., 1999; HAIDAR; ADIB, 2001; BOBRIK et al., 2005; OFUNGWU, 2005; HANNON; FRIEL; KELLEHER, 2007).

Na legislação brasileira, o principal instrumento legal que serviu como parâmetro do instrutivo foi o documento *Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal - DBAP* (BRASIL, 2011). Dentre os distintos ambientes prisionais, encontramos: estabelecimentos penais (caráter genérico); estabelecimentos para idosos; cadeias públicas (recolhimento provisório); penitenciárias (regime fechado); colônias agrícolas, industriais ou similares (regime semiaberto); casas do albergado (regime aberto ou pena limitada); centros de observação criminológica (regime fechado e de segurança máxima para classificação e encaminhamento do apenado); hospitais de custódia e tratamento (paciente judiciário); complexos ou conjuntos penais (conjunto arquitetônico de unidades penais compartilhadas); central de penas e medidas alternativas (penas e medidas alternativas).

O DBAP considera o tipo de estabelecimento, o quantitativo de presos, dimensões mínimas para as celas, facilidade de acesso, aproveitamento de serviços básicos e de comunicação e das reservas disponíveis (hídricas, vegetais, minerais etc.). São alvo das DBAP as estruturas de portas e janelas (funcionalidade e segurança), iluminação e ventilação (conforto ambiental) e recomendações técnicas de ampla abrangência.

Em função da precariedade estabelecida nos espaços prisionais de convívio, prevalecem alguns problemas relacionados à saúde. A tuberculose é particularmente frequente no ambiente carcerário, devido, sobretudo, à ausência de ventilação, luz solar e superpopulação. O *Manual de Intervenções Ambientais Para o Controle da Tuberculose nas Prisões* fornece as bases técnicas para a implementação das ações ou intervenções ambientais necessárias visando à redução da transmissão da tuberculose e outras doenças respiratórias, por meio da melhoria das condições de ventilação e iluminação (SANTOS et al., 2012). Nele, também pudemos encontrar parâmetros para a confecção do instrutivo.

A legislação ambiental e respectiva regulamentação, nas esferas federal, estadual e municipal possuem instrumentos para a identificação e minimização de impactos ambientais e sociais. Contudo, as unidades prisionais, desde sua implantação, construção e funcionamento não são classificadas como empreendimentos de significativo impacto ambiental, para o qual o órgão

ambiental competente possa exigir licenciamento e realização de EIA-Rima que fundamente a definição de compensações pelos seus impactos (BRASIL, 1986; BRASIL, 1997).

A avaliação de impacto é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) mais importantes para a proteção dos recursos naturais e definir as medidas mitigadoras dos possíveis danos ao meio ambiente. Pode-se considerar que, embora não estejam sujeitas à elaboração de EIA-Rima, deve ser observado que o conteúdo técnico e normativo é exemplificativo e que os estabelecimentos prisionais não constantes de tal rol poderão sujeitar-se às mesmas exigências. Um exemplo marcante é o das unidades prisionais que geram efluentes líquidos e resíduos sólidos, inclusive de atividades em oficinas de panificação, artesanato e outras, cujas consequências de sua não execução geram problemas ambientais e de saúde.

A conclusão do percurso metodológico apontou para a necessidade de se construir um modelo instrutivo específico e adequado para avaliação das condições ambientais das instituições prisionais.

Resultados e Discussão

A amostra final foi composta por 1573 indivíduos, sendo 1110 homens e 463 mulheres. As análises realizadas incorporam o peso e o plano amostral.

Como se observa, no Quadro 1 está o percentual de analfabetos e de presos que não têm curso fundamental completo (cerca de 50% em ambos os sexos). Os homens estão presos, em média, há mais tempo que as mulheres: 89,2% deles e 92,1% delas há até quatro anos. O período médio de detenção deles é de 2,2 anos e delas, de 1,8 anos. Há um percentual pequeno de pessoas cumprindo mais de 10 anos de pena e, menor ainda, é o de reclusos há 20 anos ou mais. Na Baixada e no Interior estão os presos com período menor de privação da liberdade (até quatro anos). No caso das mulheres, as da Capital estão detidas há menos tempo que as do Interior. É importante ressaltar que o tempo de prisão é também dependente da sentença e, por consequência, da infração penal cometida.

Das mulheres, 85,1% estavam presas na Capital e 14,9%, no Interior. Dos homens, 64% encontravam-se na Capital, 13,8% na Baixada Fluminense e 22,2% em cidades do interior do Estado. 70,5% das mulheres e 67% sessenta e sete por cento dos homens são de cor preta ou parda. A população carcerária é jovem: a maioria tem entre 20 e 39 anos, sendo a média dos homens 30,7 anos e das mulheres 32,2 anos. Os presos na Capital são, em média, mais velhos que os da Baixada e do Interior, e as presas da Capital mais velhas que as do Interior. Há mais homens casados que mulheres e boa parte de ambos os sexos vivia sozinha antes do encarceramento. Mesmo sendo em maioria solteiros, separados ou viúvos, os presos têm, em média, dois a três filhos. Entre as mulheres, essa média é mais elevada.

Descrição do instrutivo de observação e avaliação

Nos 11 (onze) estabelecimentos prisionais avaliados (penitenciárias com regime fechado), a pesquisa observacional baseou-se no *Instrutivo sobre condições ambientais que impactam a saúde e a qualidade de vida dos presos*, constante do projeto original.

Cada um dos estabelecimentos avaliados gerou um relatório com dois blocos: Informações Gerais e o Instrutivo propriamente dito.

No bloco de Informações Gerais, constaram: nome do estabelecimento; data, horário e duração da inspeção; dados da unidade – número de detentos, dimensões, organograma, setores, número de funcionários, dinâmica de funcionamento (visitas, fluxogramas, turnos, características

Quadro 1. Classificação percentual dos presos no Estado do Rio de Janeiro, segundo escolaridade, faixa etária, situação conjugal e tempo na prisão.

Dados	Mulheres	Homens
Escolaridade		
Analfabeto	8,2	7,5
Ensino fundamental incompleto	50,5	50,8
Ensino fundamental completo	11,8	14,5
Ensino médio incompleto	15,4	12,2
Ensino médio completo	11,0	10,1
Superior incompleto	1,6	3,4
Superior completo	1,5	1,4
Faixa etária		
Até 19 anos	4,3	7,1
Até 20-29 anos	42,6	47,9
30-39 anos	31,6	27,3
40-49 anos	15,0	11,7
50-59 anos	5,6	4,4
60+ anos	0,8	1,7
Situação conjugal		
Solteiro(a)	58,8	46,5
Casado/companheiro(a)	30,7	44,5
Viúvo(a)	4,8	0,7
Separado(a)	5,7	7,9
Tempo na prisão		
Menos de 1 ano	47,0	42,6
1-4 anos	45,1	46,6
5-9 anos	5,5	7,5
10-19 anos	1,8	3,0
20 e mais anos	0,6	0,3

gerais). Em seguida, a descrição da inspeção: equipe da pesquisa e agentes acompanhantes; interlocutores; diálogo com os encarregados sobre problemas gerais; tempo despendido na observação; dinâmica da inspeção; obstáculos, intercorrências e outros.

O Instrutivo utilizou um critério de sistematização dos componentes estruturais nos diversos setores da unidade, que foram classificados e denominados de espaços de convívio, em número total de 10 (dez). A sistematização foi planejada para a observação, considerando-se que o espaço de convívio poderia estar direta ou indiretamente vinculado ao detento. No espaço de convívio diretamente vinculado ao detento, sua ocupação é efetuada pelo preso ou com o preso. No espaço de convívio vinculado indiretamente ao detento, a presença do preso não ocorre ali, ou ocorre apenas eventualmente e por curto período de tempo. Objetivou-se desse modo: simplificar a inspeção, preservar a autonomia de observação do espaço de per si, facilitar o registro observacional e a quantificação dos diferentes espaços, permitindo a comparabilidade e reprodutibilidade da pesquisa, sua inteligibilidade e a clareza explicativa na exposição dos resultados.

Foram sistematizados e classificados 10 espaços de convívio, também chamados de unidades espaciais ou unidades setoriais onde, ao preso, é facultado, ou não, exercer a coexistência simultânea com o outro, na perspectiva de um processo social de construção de alteridades, conforme classificado a seguir: (1) celular (cela); (2) de convívio interno (pátios, salas e outros); (3) de convívio externo (sala íntima, parlatório, sala de visita e outros); (4) laboral (oficinas, biblioteca, salas de aula e outros); (5) de alimentação (restaurante, cantina, cozinha e outros); (6) assistencial (consultórios, enfermarias e outros); (7) de higiene (banheiros coletivos, barbearia e outros); (8) privativo dos servidores e trabalhadores do sistema prisional (gabinetes, salas, almoxarifado, repouso, vestiário e outros); (9) de circulação interna (corredores, galerias e outros); (10) externo (circulação, recepção, estacionamentos, guaritas, acessos em geral).

O instrumento de observação foi construído visando maximizar a objetividade na coleta e na análise dos resultados, com o menor grau de envolvimento subjetivo possível por parte do pesquisador. Eventualmente, em alguns ambientes e espaços de convívio, houve necessidade de abordar os detentos, os servidores e outros trabalhadores para se obter uma melhor compreensão da situação. Em todos os casos, constituídos como excepcionais na pesquisa, garantiu-se o anonimato do interlocutor.

Cada espaço de convívio foi observado por características (aspectos observáveis) presentes em cada um dos quatro elementos: Estrutura e Infraestrutura; Equipamentos; Mobiliário; e Componente Humano. Considerando que cada item engloba diversas características (aspectos observáveis), foram estabelecidos critérios para a classificação do componente segundo sua adequação ou inadequação.

A adequação foi considerada automaticamente quando a característica do item esteve em acordo com a legislação vigente, nos casos em que esta existisse. Não havendo legislação sobre alguma característica do elemento em questão, esta foi considerada adequada quando todos os critérios estabelecidos para a avaliação, definidos pela equipe pesquisadora, foram atendidos.

No caso de inadequação, essa foi valorada como “pouca” ou “muita”. Tendo-se em vista que cada item engloba diversas características observáveis, foram estabelecidos critérios para a classificação da inadequação de cada uma das características de cada item, resultando numa avaliação qualitativa e quantitativa dessa inadequação (pouca ou muita). Sempre que o número de critérios (adequados ou inadequados) ultrapassou 50% do total, o item analisado foi considerado pouco inadequado ou muito inadequado. Visando a evitar dúvidas na classificação, os critérios estabelecidos para cada item totalizaram obrigatoriamente um número ímpar.

Além da análise que seguiu normas previamente estabelecidas, sempre que necessário, foram registradas observações sobre aspectos variados que pudessem auxiliar na análise final. No item Estrutura e Infraestrutura (Quadro 2) consideram-se elementos da estrutura física (dimensão/ lotação, paredes, piso, teto, grades, circulação, deposição de lixo e resíduos etc.), e da infraestrutura necessária para o funcionamento da unidade (fornecimento de energia, caldeiras, compressores, tratamento de resíduos, lavanderias, centrais de água, esgoto, iluminação, ventilação, temperatura e umidade e outros).

No item Equipamentos (Quadro 3) incluíram-se, entre outros, circuito de TV/vídeo, materiais de ginástica, de limpeza, utensílios, ferramentas, telefones, material médico e outros.

No item Mobiliário (Quadro 4) foram avaliados elementos como camas, mesas, cadeiras, estantes, armários e outros.

Quadro 2. Instrumento de Avaliação Ambiental por Espaços de Convívio: Estrutura e Infraestrutura

Estabelecimento: _____					
Espaço de convívio: _____ Unidade: _____ Data: _____ Hora: _____					
1.1 - Estrutura					
Subitem	Variáveis	Adequação		Inadequação	
		Adequado	Adequado à norma	Muito	Pouco
Dimensão / Lotação	Ocupação quanto ao distanciamento corporal				
	Espaço para mobilização da totalidade do corpo quando deitado				
	Espaço para dar alguns passos				
	Espaço para praticar algum exercício físico, como flexão e abdominal.				
	Espaço para leitura e/ou práticas religiosas				
Obs:					
Paredes	Presença de infiltração em área maior do que 10% do total do espaço				
	Presença de mofo em área maior do que 10% do total do espaço				
	Estado de conservação (paredes descascando, sem tinta, sem emboço, etc.) em área maior do que 10% do total do espaço.				
Obs:					
Piso	Ausência de revestimento lavável em área maior do que 10% do total do espaço				
	Presença de buracos e/ou saliências que dificultem a locomoção				
	Ausência de cantos arredondados, irregularidades, inclinação e/ou impropriedades que dificultem o escoamento de água e material de limpeza.				
Obs:					
Teto	Presença de infiltração e/ou mofo em área maior do que 10% do total do espaço				
	Altura inferior a 2,70 m				
	Estado de conservação (teto descascando, sem tinta, sem emboço etc.) em área maior do que 10% do total do espaço.				
Obs:					
Gradés	Presença de ferrugem em área maior do que 10% do total				
	Pintura descascada em área maior do que 10% do total				
	Deterioração da grade em área maior do que 10% do total				
Obs:					

Porta	Visor com comando de abertura				
	Presença de folgas quando fechada				
	Abertura para fora e em um só sentido				
	Obs:				
1.2 - Infraestrutura					
Subitem	Variáveis	Adequação		Inadequação	
		Adequado	Adequado à norma	Muito	Pouco
Iluminação	Área de leitura confortável				
	Área de iluminação natural				
	Estado das lâmpadas				
	Reposição automática das lâmpadas				
	Utilização de luz como instrumento intimidatório				
Obs:					
Ventilação	Ventilação natural				
	Renovação do ar ambiente				
	Ventilação artificial				
Obs:					
Temperatura e umidade	Sensação de calor ou frio excessivo na maior parte do tempo				
	Mecanismos de controle sobre calor ou frio excessivo				
	Sinais aparentes de umidade excessiva				
Obs:					
Deposição de lixo e resíduos	Coletores de lixo e resíduos				
	Dimensão de coletores de lixo e resíduos relativos ao espaço e número de detentos				
	Estado de conservação de coletores de lixo e resíduos				
	Limpeza e manutenção de coletores de lixo e resíduos (sem uma forma sistemática e permanente)				
	Localização e acesso de coletores de lixo e resíduos				
	Sujidade visível				
	Acúmulo de dejetos e lixo				
Obs:					
Fonte: elaboração própria					

O item Componente Humano (Quadro 5) englobou observação sobre higiene pessoal, utensílios pessoais, uniforme e vestes em geral, inclusive roupas de cama, travesseiros, entre outros.

Goffman (1990) afirma que, apesar do discurso de ressocialização, as prisões, destinadas ao controle social, são instituições totais que têm como objetivo a proteção da sociedade contra os perigos de ruptura do tecido social pelo crime. Lembra, ainda, que uma instituição total se

Quadro 3. Instrumento de Avaliação Ambiental por Espaços de Convívio: Equipamentos

Estabelecimento: _____				
Espaço de convívio: _____		Unidade: _____		Data: _____
		Hora: _____		
Variáveis	Adequação		Inadequação	
	Adequado	Adequado à norma	Muito	Pouco
Equipamentos necessários para as atividades requeridas				
Tecnologia para as atividades requeridas				
Estado de conservação				
Pessoal técnico para seu manuseio				
Treinamentos periódicos do pessoal que manuseia				
Manutenção preventiva e corretiva permanente				
Reposição imediata de equipamentos danificados				
Obs:				
Fonte: elaboração própria				

Quadro 4. Instrumento de Avaliação Ambiental por Espaços de Convívio: Mobiliário

Estabelecimento: _____					
Espaço de convívio: _____		Unidade: _____		Data: _____	
		Hora: _____			
Subitem	Mobiliário	Adequação		Inadequação	
		Adequado	Adequado à norma	Muito	Pouco
Cama	Mais de um indivíduo por cama				
	Colchão				
	Dimensão imprópria				
	Estado de conservação				
	Dificuldade de acesso				
Obs:					
Mesa	Número para as atividades requeridas				
	Espaço para acomodação nas atividades requeridas				
	Disposição na totalidade do espaço				
	Estado de conservação				
	Altura as atividades requeridas				
Obs:					

Cadeira	Quantativo para as atividades requeridas				
	Composição do material				
	Modelo para as atividades requeridas				
	Estado de conservação				
	Reposição imediata quando danificada				
	Obs:				
Louça sanitária (inclusive chuveiro e ferragem)	Quantitativo para as atividades requeridas				
	Composição do material				
	Modelo para as atividades requeridas				
	Estado de conservação				
	Reposição imediata quando danificada				
	Obs:				
Demais móveis	Quantitativo para as atividades requeridas				
	Composição do material				
	Modelo para as atividades requeridas				
	Estado de conservação				
	Reposição imediata quando danificado, sem possibilidade de reparação				
	Acesso				
	Reparação imediata				
	Obs:				

Fonte: elaboração própria

define pelo grande número de indivíduos em situação semelhante, que leva uma vida fechada e formalmente administrada, na qual todos os aspectos do cotidiano são racionalizados e efetuados no mesmo local e sob uma única autoridade, o que permite um controle estrito de seus relacionamentos e de suas possibilidades de ação.

O principal problema das instituições totais, das quais as prisões são exemplos clássicos, é a mortificação do eu (FREUDENBERG, 2001). Durkheim (2007) descreve a forma como ocorre esse sacrifício do sujeito. O condenado chega ao cárcere com determinada concepção de si mesmo, forjada nas relações primárias e sociais; ao entrar, ele é imediatamente despedido dessas disposições por uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações da subjetividade. Os processos pelos quais seu eu é mortificado são relativamente padronizados: a barreira entre o que é interno e o mundo exterior, o que dura o tempo todo e por muitos anos; a sequência de horários estabelecidos e rotinas diárias obrigatórias, diferentes de sua vida pregressa; e, sobretudo, o despojamento de seu papel social.

Quadro 5. Instrumento de Avaliação Ambiental por Espaços de Convívio: Componente Humano

Estabelecimento: _____					
Espaço de convívio: _____ Unidade: _____ Data: _____ Hora: _____					
Subitem	Componente Humano	Adequação		Inadequação	
		Adequado	Adequado à norma	Muito	Pouco
Higiene pessoal	Material de uso próprio				
	Acesso rotineiro a banho e outras medidas de higiene pessoal				
	Condições para as necessidades fisiológicas				
	Obs:				
Uniforme e vestes em geral	Quantitativo disponibilizado				
	Estado de conservação				
	Mecanismos de lavagem e reposição quando necessário				
	Obs:				
Roupa de cama e travesseiro	Quantitativo disponibilizado				
	Estado de conservação				
	Mecanismos de lavagem e reposição quando necessário				
	Obs:				
<i>Fonte: elaboração própria</i>					

Sinaliza Foucault (2009) que, nos últimos anos, existiram revoltas, em prisões, em muitos lugares do mundo. Os alvos que os presos tinham, suas palavras de ordem exibiam certamente qualquer coisa de paradoxal. Constituían revoltas contra toda uma miséria física que perdura, necessitando, por conseguinte, de uma luta contra o frio, contra a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas, contra a fome, contra os golpes. Mas eram também revoltas contra as prisões-modelos, contra os tranquilizantes, contra o isolamento, contra o serviço médico ou educativo. Revoltas cujos objetivos eram só materiais? Não. São revoltas contraditórias contra a decadência e, ao mesmo tempo, contra o conforto; contra os guardas e, ao mesmo tempo, contra os psiquiatras? De fato, trata-se realmente dos corpos e das coisas materiais em todos esses movimentos: como se trata disso nos inúmeros discursos que a prisão tem produzido desde o começo do século XIX. O que gera esses discursos e essas revoltas, essas lembranças e invectivas são, realmente, as pequenas, as ínfimas coisas materiais.

Conclusão

Este estudo examinou a validade e a confiabilidade do Instrumento de Avaliação das Condições Ambientais nos presídios do Estado do Rio de Janeiro. O instrumento foi validado no decurso da investigação, durante 2015, em 11 presídios, de forma a ser parâmetro aplicável em instituições penais. Embora tenham havido pesquisas na avaliação das condições ambientais no sistema prisional (MOOS, 1975; MINAYO, CONSTANTINO, 2015), os instrumentos anteriores,

desenvolvidos para condições ambientais das instituições correcionais foram essencialmente projetados para uso em programas de tratamento juvenil (STREE; VINTER; PERROW, 1966; WRIGHT, 1980; SCHALAST, 2008; MILSOM et al., 2014; TONKIN, 2016).

O instrutivo de avaliação mostrou-se um *check-list* específico de fácil aplicação, cuja leitura dos resultados pode ser efetuada por qualquer pesquisador, ainda que este não tenha participado de seu manuseio. Embora ele abarque originalmente 10 espaços de convívio, na pesquisa aqui descrita o mesmo foi aplicado a oito, porquanto nas 11 unidades observadas não existiam dois deles. A opção por mantê-los na metodologia se deveu à possibilidade de sua existência em outras unidades, garantindo a capacidade de reprodutibilidade do instrumento em qualquer tipo de unidade prisional. Foram eles: espaços para alimentação (restaurante, cantina, cozinha e outros) e os locais para higiene (banheiros coletivos, barbearia e outros).

A pesquisa demonstrou que as piores condições do sistema prisional, nas unidades analisadas, encontraram-se no espaço de convívio cela. O achado é coerente com a ideia que se tem do sistema prisional brasileiro como desumanizado, iníquo e mesmo cruel, efetuado principalmente a partir do olhar sobre a cela. É a cela que ostenta a representação simbólica da reclusão forçada e da punição. É nela que se encontram as situações de superlotação, má acomodação, perda de autonomia e exercício de alteridades distorcidas e imposição de valores e condutas desviantes dos contratos sociais de convívio estabelecidos no Estado de Direito. Do mesmo modo, as condições da cela corroboram o caráter vingativo do mesmo Estado de Direito, ao revés do que dele se esperaria como punitivo numa dimensão ética e humanística e como instância ressocializadora do apenado.

Considerando que a população encarcerada é constituída predominantemente de jovens negros e pardos das periferias dos grandes centros urbanos e que esses jovens sairão um dia dessas instituições, é imperativo investir em políticas que não somente sejam capazes de ressocializá-los e reintegrá-los socialmente, mas que sejam capazes de, principalmente, garantir seus direitos fundamentais.

Entretanto, na forma como está constituído, o sistema prisional, frequentemente, contribui para o aprofundamento das múltiplas exclusões vivenciadas pelos reclusos antes do encarceramento. As deficiências identificadas pelos presos em relação ao pouco acesso à escolarização e à profissionalização nas unidades prisionais suscitam modificações não somente para ampliar esse acesso, mas também para estabelecer um sistema educacional que valorize e possibilite o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e competências e que ajude os presos a enfrentar as dificuldades das relações sociais que encontrarão na vida extramuros.

Tomada como parâmetro mais emblemático quanto às más condições, a cela, no escrutínio realizado pelo Instrutivo, evidenciou alguns dos seguintes problemas: iluminação e ventilação muito precárias, umidade excessiva, calor ou frio exagerados, má destinação do lixo, péssima conservação estrutural (infiltração, mofo, paredes e tetos descascando, sem tinta, sem emboço, sem revestimento, buracos ou saliências que dificultam a locomoção, dificuldade de escoamento de água); limpeza muito precária, ocupação e distanciamento corporal totalmente inadequados (pouco espaço para mobilização do corpo deitado, em pé; para andar e praticar exercícios; para leitura ou oração); completa ausência de conforto, superlotação (inclusive por cama); ausência ou inadequação de colchão, travesseiro, lençol (rasgados, furados, sujos); móveis deteriorados; banheiros deploráveis (mau cheiro, falta de privacidade) e insuficiência de água (para beber e para limpeza, higiene e banho).

Já, os espaços de convívio coletivo, externos, privativos dos funcionários e das visitas se encontram em melhor situação, embora apresentem problemas relativos aos quatro componentes analisados no

Instrutivo (estrutura e infraestrutura; equipamentos; mobiliário; e humano). Nesses espaços prisionais de convívio, as características observadas são similares às encontradas em outros tipos de estabelecimentos públicos, na realidade brasileira atual, tais como, hospitais, escolas e órgãos diversos de atendimento ao público, exibindo precariedades que comprometem, tantas vezes, sua missão pública.

Sendo o coração do sistema, a cela, na modalidade de menor porte ou como galeria, por exibir o maior grau de inadequação ambiental, representa o imaginário simbólico da crueldade do sistema como um todo. E, assim, constitui-se como indicativo de que o investimento fundamental de reestruturação e reorganização do sistema prisional deve passar, em primeira instância, pela sua profunda revisão, objetivando-se a situação humanitária e a possibilidade de ressocialização do apenado. Suas condições precárias, ora mais ora menos, mas sempre inadequadas, refletem as situações de violação de direitos, a que os próprios presos fazem menção.

Com os diversos problemas observados e sistematizados no Instrutivo, inclusive os relacionados à atenção à saúde do apenado, somos surpreendidos por uma realidade que nos impacta além dos sentidos tradicionais da biologia humana: visão, olfato, tato, audição, paladar. Uma realidade que infringe os limites éticos dos espaços de convívio humano, dos quais os do sistema prisional são, talvez, os mais degradantes. Aprimorar os mecanismos objetivos de observação, mediante a utilização de ferramentas de análise, para dar concretude a sensações subjetivas de indignação é um esforço que deve ser continuado e incentivado.

Agradecimentos

Aos Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (Dihs/Ensp/Fiocruz) e Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz) e, à Professora Maria Cecília de Souza Minayo, pela inspiração e observações, ao Ministério Público do Rio de Janeiro e à Faperj (Edital FAPERJ n.28/2012 - Prioridade Rio - Apoio ao estudo de temas prioritários para o Governo do Estado do Rio de Janeiro – 2012-2-14).

REFERÊNCIAS

AVIANI, F.; ABRAHÃO, J.I. A integração das diferentes dimensões do trabalho no projeto de centro de saúde. **Ação Ergonômica**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2007.

BOBRIK, A. et al. Prison health in Russia: the larger picture. **Journal of Public Health Policy**, v. 26, n. 1, p. 30-59, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Diretrizes básicas para arquitetura prisional**. Brasília: CNPCP, 2011.

BRASIL. Lei nº 6938. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1981.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 001/1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial da União**, 1986.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 237/1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, 1997.

CAPITANI, R. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso: um estudo no Presídio Estadual de Bento Gonçalves** [dissertação]. Caxias do Sul (RS): Universidade de Caxias do Sul, 2012.

CORSON, W.H. **Manual global de ecologia**. São Paulo: Augustus, 1996.

ACSELRAD, H. **Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações**. Cadernos de Debate Projeto Brasil Sustentável e Democrático. Nº 4, Rio de Janeiro, FASE, 1999.

DAMAS, F.B. **Saúde mental no sistema prisional: as prisões catarinenses na perspectiva da saúde coletiva** [dissertação]. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELALI, G.A. Avaliação pós-ocupação e responsabilidade social: uma relação a ser sempre (re) discutida. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 5, n. 2, p. 3-17, 2010.

FERRER, N.; VILLAROUÇO, V. Estabelecimento assistencial de saúde: uma visão ergonômica do espaço de reabilitação. **Ação Ergonômica**, v. 7, n. 2, p. 107-122, 2012.

FONSECA, J.F.; RHEINGANTZ, P.A. O ambiente está adequado? Prosseguindo com a discussão. **Produção**, v. 19, n. 3, p. 502-513, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 37ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREUDENBERG, N. Jails, prisons and the health of urban populations: a review of the impact of the correctional system on community health. **Journal of Urban Health**, v. 78, n. 2, p. 214-235, 2001.

GERSHON, R.R. et al. Compliance with universal precautions in correctional health care facilities. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 41, n. 3, p. 181-189, 1999.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GONÇALVES, C.W.P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo**. São Paulo: Editora Edgar Blucher LTDA, 2001.

Haidar, A.; Adib, S.M. Health structures and hygiene in Lebanese prisons. **Journal Medical Libanais**, v. 49, n. 4, p. 197-203, 2001.

HANNON, F.; FRIEL, S.; KELLEHER, C.C. The relative influence of socio-demographic, lifestyle, environmental factors and co-morbidity on self-rated health of the Irish prisoner population. **Irish Medical Journal**, v. 100, n. (8), suppl. 59-61, 2007

MILSOM, S.A. et al. Factor structure of the Essen climate evaluation schema measure of social climate in a UK medium-security setting. **Criminal Behaviour and Mental Health**, v. 24, n. 2, p. 86-99, 2014.

MINAYO, M.C. **Estudo das Condições de Saúde e Qualidade de Vida dos Presos e Custodiados e das Condições Ambientais do Sistema Prisional do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa: FAPERJ; 2014.

MINAYO, M.; CONSTANTINO, P. **Deserdados sociais: condições de vida e saúde dos presos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2015.

MOOS, R.H. **Evaluating correctional and community settings**. Oxford, England: Wiley-Interscience, 1975, p. 377.

NORTH, K. **Environmental business management**. Genebra: ILO, 1992.

OFUNGWU, J. Indoor air quality investigation and health risk assessment at correctional institutions. **Integrated Environmental Assessment and Management**, v. 1, n. 2, p. 135-141, 2005.

PARTIDÁRIO, M. R.; CLARK, R. **Perspectives on Strategic Environmental Assessment**. Boca Raton, CRC-Lewis Publishers, 2000.

PREISER, W.F.E.; RABONOWITZ, H.Z.; WHITE, E.T. **Post-Occupancy Evaluation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1988.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**. Oficina de textos. 495p. 2008.

SANTOS, F.F.N. **Manual de Análise Ergonômica do trabalho**. Curitiba: Gênese, 1995.

SANTOS, M. et al. **Manual de intervenções ambientais para o controle da tuberculose nas prisões**. Rio de Janeiro: Departamento Penitenciário Nacional, 2012. 65 p.

SCHALAST, N. A short questionnaire for assessing the social climate on forensic psychiatric wards. **Psychiatrische Praxis**, v. 35, n. 4, 175-181, 2008.

SHWARTZ, Y. Do desvio teórico à atividade como potência de convocação de saberes. **Serviço Social & Saúde**, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2007.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8 (1 Pt 1), p. 102-106, 2010.

STREET, D.; VINTER, R.; PERROW, C. **Organization for treatment: A comparative study of institutions for delinquents**. New York: The Free Press, 1966.

TONKIN, M. A Review of Questionnaire Measures for Assessing the Social Climate in Prisons and Forensic Psychiatric Hospitals. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 60, n. 12, p. 1376-1405, 2016.

VAN DER VOORDT, D.J.M.; WEGEN, H.B.R. **Architecture in Use: An Introduction to the Programming, Design and Evaluation of Buildings**. United Kingdom: Elsevier, 2005.

VIDAL, M.C. **Guia de Análise Ergonômica do Trabalho na Empresa**. Rio de Janeiro: Editora Virtual Científica, 2003.

VILLAROUCO, V. **An ergonomic look at the work environment**. 17 World Congress on Ergonomics, China: Beijing, 2009.

VILLAROUCO, V. **Avaliação ergonômica do projeto arquitetônico**. In: Anais do VII Congresso Latino-Americano de Ergonomia, I Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, XII Congresso Brasileiro de Ergonomia, Recife, 2002.

WISNER, A. A metodologia na ergonomia: ontem e hoje. In Wisner, A. **A inteligência no trabalho-textos selecionados de ergonomia**. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundacentro, 1994. p. 87-108.

WISNER, A. **Por dentro do trabalho: Ergonomia, método e técnica**. São Paulo: FTD, Oboré, 1987.

WRIGHT, K. The conceptualization and measurement of the social climate of correctional organizations. **Journal of Offender Counseling, Services and Rehabilitation**, v. 4, p. 137-151, 1980.